

## Anexo 1

### Reflexão – 1.<sup>a</sup> Semana: Observação

Depois de ter passado anos a estudar a teoria, não é fácil colocá-la em prática. Trata-se de muito conhecimento armazenado, adquirido fora da realidade que tenta representar. Assim, torna-se difícil organizá-lo e perceber onde determinado conhecimento se relaciona com outro. Como alunos temos muito a tendência de compactar as várias unidades curriculares de forma estanque, com limites bem definidos. Muitas das relações, que sabemos existirem entre elas, só conseguimos compreender/visualizar quando passamos a utilizar o conteúdo teórico na nossa ação diária. Esta unidade curricular irá permitir-nos reestruturar a nossa mente na medida em que nos permitirá localizar estas lacunas e corrigi-las.

Tenho muitas expectativas em relação à prática pedagógica – anseio por ela durante os três anos em que frequentei a licenciatura. Trata-se de um meio através do qual irei travar contacto com crianças reais, de carne e osso, não crianças abstratas e imaginadas pela minha mente limitada. É um desafio, pois irei decerto deparar-me com situações jamais imaginadas; sendo que terei de saber lidar com elas da melhor forma. Será nesta fase que me apropriarei realmente de tudo o que julguei ter aprendido, colocando-o em prática.

Ver como as crianças irão reagir mediante a minha ação é outra expectativa. Quando sonho, nunca sonho em tamanho pequeno. Como futura professora sonhei marcar positivamente as vidas daqueles que irei educar e ensinar. Vê-los crescer, desenvolverem-se quer física, emocional e intelectualmente; ajudá-los a ter sucesso no decorrer do processo é o que mais almejo.

Considero a prática pedagógica como um espaço onde terei a oportunidade de crescer e me desenvolver como futura professora; onde poderei colocar hipóteses e verificar a sua veracidade; onde poderei fazer experiências...

Mediante tamanhas expectativas, sofro um medo terrível de falhar: de não conseguir apropriar-me dos conhecimentos necessários; de não conseguir colocá-los em prática; de não possuir conhecimentos suficientes; de não conseguir controlar e gerir uma sala de aula; de não conseguir gerir o currículo e preparar aulas suficientemente estimulantes, motivadoras e bem construídas; de não conseguir apropriar-me da postura correta para liderar uma turma... podia continuar a descrever medos e mais medos sem

## Anexo 1

conseguir explicitá-los a todos! No entanto, não me deixo abater por eles – é normal ter medo. Perante a novidade, o ser humano sempre se sentiu desconfortável!

Numa tentativa de atenuar toda esta ansiedade, tento preparar-me da melhor forma para cada semana de prática pedagógica. Como a semana que passou correspondeu à primeira semana – semana de observação; concebi um plano de observação (anexo I), onde foram especificados os objetivos, os recursos criados como apoio à recolha de dados, assim como a bibliografia consultada para a construção dos mesmos.

Segundo Estrela (2007), a observação é importante como uma estratégia na formação de professores, um vez que menoriza as disparidades entre a teoria e a prática, permitindo aos futuros professores/educadores: reconhecer e identificar fenómenos; ser sensível às reações das crianças; recolher objetivamente informação, organizá-la e interpretá-la; situar-se criticamente face aos modelos existentes e realizar a síntese entre a teoria e a prática.

Esta recolha de dados para a caracterização da turma, da escola e do meio também é realizado pelos docentes no início de cada ano letivo, quando lhe é concedida a liderança de uma, ou mais, turmas. É imperativo que qualquer professor conheça bem o grupo com que vai trabalhar, para melhor adaptar a sua ação às necessidades dele e às necessidades de cada criança em particular. Mencionando a razão pela qual as escolas falham, Lembos (1975) realça que “a característica mais comum a todas elas é a relutância em tratar cada aluno como uma pessoa única, com suas peculiaridades” (p.49).

O Decreto-Lei 6/2001, de 18 de janeiro, refere, nas notas introdutórias, a respeito da autonomia das escolas:

... foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão do currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projetos de gestão flexível do currículo.

Assim, a partir das informações recolhidas, o professor elabora um diagnóstico que influenciará a conceção do projeto curricular de turma que melhor se adegue à turma em

## Anexo 1

questão, visando sempre a conquista do objetivo - concretização dos melhores resultados possíveis. O Despacho Normativo n.º1/2005 refere que:

A avaliação diagnóstica conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projeto curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional.

Esta avaliação diagnóstica supramencionada não se refere apenas ao trabalho realizado no início do ano escolar, abrangendo todas as avaliações que se vão fazendo ao longo do ano letivo.

Para além das informações recolhidas através dos instrumentos de observação pré-concebidos para o efeito, fui-me apercebendo enquanto permanecia em sala de aula, de outras, também muito importantes, a recolher. Nomeadamente as que dizem respeito às rotinas diárias dos alunos na sala de aula e à postura da professora em relação a certas situações (por exemplo, idas à casa de banho).

A respeito das regras, Arends (1997) afirma que:

...as regras são afirmações que especificam as coisas que se espera que os alunos façam e não façam. Normalmente, as regras são escritas, são clarificadas aos alunos e restringidas a um mínimo. (...) Os movimentos dos alunos, as conversas dos alunos e o que fazer nos tempos mortos estão entre as atividades mais importantes que requerem regras para governar o comportamento e procedimentos para fazer com que o trabalho flua eficazmente (p.192).

As regras estabelecidas não têm que ser iguais em todas as turmas, também elas variam consoante as necessidades da mesma e do professor. Ainda sobre o assunto em questão, o mesmo autor desperta-nos para a necessidade de uma atitude consistente por parte do professor, no cumprimento das regras e na aplicação dos procedimentos, sobre pena que estes se dissolvam rapidamente.

Qual a importância da recolha destas informações? Em primeiro lugar, como estagiária, tenho a obrigação de me adaptar ao método de trabalho da professora que teve a amabilidade de me receber e ajudar ao longo deste processo. Uma vez que a professora é a responsável pela turma, tendo de responder perante os pais e perante outros órgãos do agrupamento - é meu dever respeitar, seguir e adaptar-me à sua postura. Em segundo lugar, pelo facto da professora ter muito mais sabedoria no trato de determinadas

## Anexo 1

situações pela experiência que os seus anos de serviço lhe conferem. Por fim, para evitar e prevenir comportamentos indesejados que poderiam surgir caso a turma se apercebesse que professora e estagiária se regiam por posturas diferentes em relação a determinadas situações. Arends (1997) afirma que “os professores eficazes lidam com muitos dos problemas associados com o comportamento inadequado dos alunos através de abordagens preventivas”(p.191).

Porém a minha autoridade perante o 2.ºB da Escola Amarela ainda está por conquistar. Aperceber-me da ausência de autoridade que os alunos da turma me conferiam, deixou-me um pouco “desconfortável”. Chegaram ao absurdo de fingirem que não me estavam a ouvir, de me ignorarem totalmente. No entanto, parte do défice de autoridade foi culpa minha. Considero que ficar sentada apenas a observar e a tirar notas me prejudicou um pouco. Uma vez, aconteceu a professora ter de se ausentar por breves momentos para discutir um assunto importante com outro professor. Foi o suficiente para que um burburinho se comesse a formar. Eu deixei-me ficar sentada, em vez de me levantar para manter a ordem e o sossego. Em reflexão, apercebi-me de que esta não foi uma boa atitude. Muitas vezes o que me impedia de circular um pouco na sala era o medo de distrair as crianças (durante uma tarefa), ou de as agitar com a minha presença. No entanto, não fazer nada para além de observar não trazia benesses e até podia trazer prejuízo – comportamentos indesejados nos momentos em que será da minha responsabilidade lecionar conteúdos. Quando consciencializei este facto, comecei a passar menos tempo sentada, tentando, pelo menos nos momentos em que os alunos realizavam tarefas individuais ou de grupo, fazer um reparo, uma chamada de atenção – tornar-me “presente”. Mais tarde, tive a confirmação da minha suspeita quando uma criança comentou: “tu não fazes nada para além de estares ali sentada”. Uma outra situação ocorreu quando, tentando corrigir o meu erro de conduta, perante breve ausência da professora, me dirigi para a zona do quadro, a fim de “vigiar” o comportamento da turma. Estava a surgir “zumbido” e eu, dirigindo-me aos alunos afirmei: “o facto da professora não estar aqui, não é razão para se porem a conversar. Vocês têm um trabalho para fazer, não têm?”. A resposta que obtive foi uma pergunta: “Tu és polícia?”. Não estava nada à espera, fiquei logo atrapalhada. Desviei a conversa e lembrei a criança que tinha um trabalho para acabar. Entretanto outra explicou: “A nossa professora costuma dizer que nós precisávamos de um polícia dentro da sala”. Fiquei um pouco mais descansada, afinal aquela pergunta tinha razão de ser... mas não

## Anexo 1

deixou de ser um pouco embaraçoso ter sido apanhada desprevenida e ficar sem reação. Este acontecimento levou-me a ponderar sobre a minha atitude, será que o meu comportamento permitiu que o meu embaraço fosse visível aos olhos perspicazes da “criançada”? Arends (1997) afirma exatamente que “o sucesso na liderança de outros depende do grau em que uma pessoa exibe confiança e do grau em que deseja e consegue exercer influência interpessoal” (p.201). Se o meu nível de autoridade for diretamente proporcional à minha capacidade para influenciar o comportamento dos alunos, então eu devo exibir confiança e nunca demonstrar que me sinto insegura! Também neste ponto, tenho que melhorar a minha postura. Alguns conteúdos trabalhados ao longo da licenciatura, fazem agora “eco” na minha cabeça. Vejo-os agora a partir de uma nova perspetiva alcançada através de vivências ocorridas em contexto real. De facto, uma pessoa confiante projeta a voz de forma a ser ouvida; não utiliza gestos parasitas (tiques); fala calma e claramente; não desvia o olhar (sinal de desconforto); mantém uma postura direita, caminha vigorosamente e não se esconde por detrás de um vestuário vulgar e enfadonho. No entanto, penso que devo ter cuidado com a linguagem que utilizo – lembrar-me que ser autoritário não é igual a ter autoridade. Novamente remetendo para as aprendizagens realizadas ao longo do 1.º ciclo de estudos superiores, um professor autoritário, na maioria das vezes, procurando controlar os alunos, utiliza um tipo de linguagem nada convidativa e pouco motivadora; a maioria das vezes promotora de comportamentos rebeldes e de aversão. Deste modo, desejando exercer uma influência positiva, não é bem-sucedido nos seus esforços. Uma linguagem mais convidativa, que conjugue os verbos na 1.ª pessoa do plural (vamos, pensamos, fazemos, etc.) torna-se mais motivadora e conseqüentemente mais eficaz. Logo, trata-se de um estilo que tentarei adotar.

Tudo o que se passa dentro daquelas quatro paredes, tão bem pintadas, deverá sempre contribuir, em primeiro lugar, para o desenvolvimento harmonioso de cada criança. Quanto ao meu crescimento como professora, virá por acréscimo; mediante a concretização da máxima mencionada. Há que ter cuidado e manter as prioridades bem definidas!

## Bibliografia

Arends, R. (1997) *Aprender a Ensinar*. Alfragide: McGraw-Hill.

## Anexo 1

Lembo, J. (1974). *Porque Falham os Professores*. (10.<sup>a</sup> Reimpressão). Brasil: E.P.U.

Estrela, A. (2007). *Teoria e Prática de Observação de Classes – Uma Estratégia de Formação de Professores*. [PowerPoint] recuperado de <https://woc.esec.pt/esec/getFile.do?tipo=2&id=2708>, a 5 de abril de 2011

Legislação:

Decreto-Lei 6/2001 de 18 de janeiro

Despacho Normativo n.º1/2005